

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

Nalva Maria Pacheco de SOUZA¹
Luciana Pacheco de SOUZA²

Recebido: 26/09/2025
Aprovado: 21/12/2025

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo pontuar alguns desafios da educação brasileira, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que entre outras garantias teve como base o texto do manifesto dos pioneiros da educação de 1932. Nesse sentido, buscar-se-á enumerar as ideias defendidas pelos pioneiros da educação contempladas na carta magna em comparação com a educação clássica, bem como com as mudanças concretas que foram implementadas. Para isso, utilizou-se o levantamento bibliográfico a partir dos textos de Lemme (2005), Silva e Amorim (2017), Frigoto (2015), Frigotto (2005), Cunha e Góes (1991), Hermida (2012), Ferreira e Oliveira (2013), além do texto base da Constituição de 1988, entre outros. Constatou-se que a educação passou por grandes percalços para se chegar a forma como a conhecemos hoje, além disso, sofreu e vem sofrendo constantes ataques em cenário nacional. Constatou-se também, que o Brasil sempre teve a receita para melhorar o setor educacional, porém sempre o consultou e executou pela metade, possibilitando que a escola clássica, baseada na educação tradicional praticada pelos jesuítas se perpetuasse até a atualidade. O estudo evidenciou sobretudo a necessidade de ocupação dos espaços públicos pela classe trabalhadora na construção de formas de resistências baseadas nas propostas marxistas para a educação, na busca do enfrentamento das pautas de governo educacionais voltadas para o acirramento da ofensiva neoliberal e retirada de direitos sociais e vinculação à uma direção social humana de igualdade e justiça social para além da presente barbárie imposta.

Palavras-chave: Desafios na Educação. Pioneiros. Constituição. Capitalismo. Igualdade.

THE CHALLENGES OF EDUCATION IN BRAZIL AFTER THE 1988 CONSTITUTION

Abstract

This paper aims to highlight some challenges of Brazilian education, starting from the promulgation of the Federal Constitution of 1988, which among other guarantees was based on the text of the manifesto of the pioneers of education of 1932. In this sense, it seeks to enumerate the ideas defended by the pioneers of education contemplated in the constitution in comparison with classical education, as well as the concrete changes that were implemented. For this, a bibliographic survey was carried out based on the texts of Lemme (2005), Silva and Amorim (2017), Frigoto (2015), Frigotto (2005), Cunha and Góes (1991), Hermida (2012), Ferreira and Oliveira (2013), in addition to the base text of the 1988 Constitution, among others. It was found that education went through great obstacles to reach the form we know today; moreover, it has suffered and continues to suffer constant attacks on the national scene. It was also found that Brazil has always had the recipe to improve the educational sector, but has always consulted and executed it halfway, allowing the classical school, based on the traditional education practiced by the Jesuits, to perpetuate itself to the present day. The study highlighted above all the need for the working class to occupy public spaces in the construction of forms of resistance based on Marxist proposals for education, in the search to confront government

¹ Mestre em Educação e Cultura. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: nalva.pacheco@hotmail.com

² Mestra em Artes. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lucianapacheco26.lp@gmail.com

SOUZA, Nalva Maria Pacheco de, SOUZA, Luciana Pacheco de. Os desafios da educação no Brasil pós-Constituição de 1988. In: Revista *Falas Breves*, no.14, Breves-PA, junho de 2026. ISSN 23581069

educational agendas aimed at intensifying the neoliberal offensive and withdrawing social rights, and linking to a human social direction of equality and social justice beyond the present imposed barbarism.

Keywords: Challenges in Education. Pioneers. Constitution. Capitalism. Equality.

INTRODUÇÃO

O país passou e tem passado por constantes transformações histórico sociais que vêm interferindo no cenário nacional. A educação é uma área que não fica de fora dessas mudanças, ao contrário, é uma das que mais obtém foco, seja para o bem da nação, seja para os interesses capitalistas.

Nesse sentido, é imprescindível destacar que a escola clássica no Brasil foi intensamente combatida por educadores que intencionavam desenvolver uma educação nova e libertadora. Por isso, as ideias defendidas no manifesto dos pioneiros da educação de 1932, são tidas como uma contraposição à forma de educação alienante e sem identidade que era desenvolvida até então no país.

Assim, o trabalho aqui desenvolvido, traz uma discussão acerca das evoluções e conquistas obtidas a partir das propostas apresentadas no manifesto até a promulgação da Constituição de 1988. No entanto, é preciso destacar que a educação também serviu como política de alienação social ao ser desvirtuada de seus propósitos por líderes neoliberais que tentaram e tentam implantar modelos educacionais estrangeiros e voltados para a exploração do trabalho a partir da educação. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que os ideais de reconstrução do Brasil, sempre tiveram base em uma educação nova e libertadora.

1. A EDUCAÇÃO DEFENDIDA PELOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO EM OPOSIÇÃO À ESCOLA CLÁSSICA

A onda de mudanças históricas ocorridas no Brasil na década de 1920, alcançou também os setores educacionais. Os educadores começaram a criticar a problemática estrutura escolar e seus arcaicos métodos de ensino, chegando-se, assim, a década de 1930, com grandes expectativas no campo educacional. Surge então, a elaboração e lançamento de um manifesto denominado “Manifesto dos Pioneiros”, de caráter único “em toda a história da educação no Brasil” (LEMME, 2005). Tal documento procurava orientar profundas reformas na matéria educacional brasileira. Escrito por

Fernando Azevedo e outros vinte e cinco signatários pertencentes “ao movimento de modernização da educação, do ensino e da cultura no Brasil”³.

Em uma análise superficial do documento apresentada por Lemme (2005), destacam-se algumas características fundamentais:

1. O documento é permeado por uma concepção de educação natural e integral do indivíduo, com o respeito à personalidade de cada um, mas, ao mesmo tempo, sem esquecer que o homem é um ser social e tem por isso deveres para com a sociedade: de trabalho, de cooperação e de solidariedade. Seria, assim, uma educação acima das classes, que não se destinaria a servir a nenhum grupo particular, mas aos interesses do indivíduo e da sociedade em geral, que não devem ser conflitantes. (LEMME, 2005. p. 172).

Com uma sociedade, até então, acostumada ao analfabetismo, poucos eram os que tinham acesso as escolas públicas. Os filhos dos mais abastados, estudavam com professores estrangeiros ou eram matriculados em internatos, sendo eles particulares, leigos ou religiosos. Enquanto que, nas pequenas escolinhas rurais, onde trabalhavam professores sem formação profissional, cujo público era composto pela população mais pobre, ainda utilizavam-se as antigas aulas régias instituídas pelo marquês de Pombal. Nossas referências ainda eram submetidas à cultura europeia, sobretudo, francesa e portuguesa (LEMME, 2005).

Dessa forma, a proposta ofertada pelo manifesto, centrava-se em requerer uma educação além de humana, vinculada aos interesses da sociedade como um todo, não somente de uma pequena parcela da população que vinha sendo por ela beneficiada. Essa ficou conhecida como “Escola Nova”, ou “Escola Ativa”. Nesse modelo, o ensino é centrado na personalidade e nos interesses da criança e não mais nos desejos impostos pelo educador.

2. A educação deve ser um direito de todos, de acordo com suas necessidades, aptidões e aspirações, dentro do princípio democrático da igualdade de oportunidades para todos. (LEMME, 2005. p. 172).

O modelo desigual de ensino que cada parcela da população recebia voltava-se à perpetuação do poder nas mãos da classe dominante. Nesse sentido, apresenta-se a inserção de mecanismos para utilizar a educação a serviço da acumulação capitalista, como a negação ao atingimento dos níveis mais elevados de escolarização por meio da seletividade econômico-social (FRIGOTO, 2005).

³ São eles: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Roquete-Pinto, Sampaio Dória, Almeida Júnior, Mario Casassanta, Atilio Vivaqua, Francisco Venâncio Filho, Edgar Süsskind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Cecília Meireles, entre outros (LEMME, 2005).

SOUZA, Nalva Maria Pacheco de, SOUZA, Luciana Pacheco de. Os desafios da educação no Brasil pós-Constituição de 1988 . In: Revista *Falas Breves*, no.14, Breves-PA, junho de 2026. ISSN 23581069

3. Por isso mesmo, deve caber ao Estado, como representante de todos os cidadãos, assegurar esse direito, tornando-se assim a educação uma função essencialmente pública. (LEMME, 2005. p. 172).

Nesse contexto, a educação até então, estava passando por um processo de privatização, onde abria-se espaço para escolas particulares que recebiam verbas públicas para manter programas que estivessem alinhados às políticas governamentais (CUNHA; GÓES, 1991). Assim, a política baseada no princípio da escola para todos vai tomando forma, à medida que as revoluções pedagógicas se baseiam na ligação com a reconstrução fundamental das relações sociais (LEMME, 2005).

4. Para assegurar esse direito democrático a escola deve ser única, obrigatória, pelo menos até um certo nível e limite de idade, gratuita, leiga, e funcionar em regime de igualdade para os dois sexos. (LEMME, 2005. p. 172).

A educação que não era mais somente de responsabilidade do Estado precisava investir nas instituições privadas para que todos tivessem a oportunidade de estudar mesmo que, após essa formação em comum, seguissem caminhos diferentes. Essa escola oficial, única, deveria garantir as crianças que a ela foram confiados, ter uma educação igualitária e sem distinção de sexo. Desse modo, o Estado não poderia “tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito” (LEMME, 2005).

5. O Estado adotará uma política global e nacional, abrangendo todos os níveis e modalidades de educação e ensino.

6. Entretanto, na organização dos serviços e dos sistemas de educação e ensino será adotado o princípio da descentralização administrativa. (LEMME, 2005. p. 172).

Era necessário que se investisse em educação, haja vista o grande número de analfabetos que o país comportava. A política desenvolvimentista que se iniciava no país não condizia com a falta de qualificação de sua mão de obra. O ensino necessitava ser reorganizado. E em se tratando de organização educacional, a educação e seu sistema de ensino precisavam ser modernizados, adotando-se um sistema que não só dependesse do investimento do Estado, mas que funcionasse como mola propulsora da transformação social. A descentralização da gestão da educação no país resultou na municipalização do ensino fundamental que necessita da articulação entre os entes federados (União, Estados e Municípios), para o compartilhamento de responsabilidades técnicas e financeiras no desenvolvimento das ações de educação.

7. Os métodos e processos de ensino obedecerão às mais modernas conquistas das Ciências Sociais, da Psicologia e das técnicas pedagógicas. Os mesmos critérios

serão adotados para a medida da aprendizagem e a apuração do rendimento dos sistemas escolares. (LEMME, 2005. p. 172).

A proposta de reformulação das práticas pedagógicas, perpassa pelo campo da cientificidade e da experimentação eliminando o empirismo até então impregnado nas práticas dos educadores. Pode-se perceber nitidamente alguns dos princípios básicos da educação nova.

8. A educação e o ensino devem obedecer a planos definidos, constituindo sistemas em que os educandos possam ascender, através de uma escada educacional contínua, das escolas pré-primárias, às primárias, secundárias e ao ensino superior, de acordo com sua capacidade, aptidões e aspirações, e nunca por suas diferenças em poder econômico. (LEMME, 2005. p. 172).

A proposta é então, a de uma educação além de formativa, libertadora. Onde o próprio educando, ao sentir-se parte de sua formação, poderia avançar por meio de seus esforços, sem necessariamente, depender de sua condição financeira. A escola nova, portanto, favoreceria, por meio de atividades pedagógicas eficientes, o progresso material e espiritual de um representante da classe menos favorecida. A educação, precisava, portanto, ter equiparação entre a profissional e a humanística.

9. Os professores, de todos os graus e modalidades de ensino, devem ser formados dentro de um espírito de unidade, constituindo-se num corpo profissional consciente de suas responsabilidades perante a Nação, os educandos e o povo em geral; para isso, devem receber remuneração condigna, para que possam manter a necessária eficiência no trabalho, a dignidade e o prestígio indispensáveis ao desempenho de sua missão. (LEMME, 2005. p. 173).

A formação profissional deveria, portanto, iniciar com os professores atuantes em sala de aula. Seu reconhecimento viria com a remuneração digna e suficiente para manter-se. Pois é na universidade que o saber científico sobrepõe-se ao senso comum, promovendo o senso crítico do mundo e das políticas de exploração do povo com seu poder alienante e desolador. É, pois, na universidade que o estudante inicia o processo de aprendizagem, construção e formação do senso crítico embasado em conhecimentos comprováveis e irrefutáveis.

10. E como definição final do espírito e do caráter do Manifesto, devemos citar as palavras com que se inicia e as que aparecem no fecho do documento. São as seguintes as primeiras afirmações do texto:

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo o de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um País depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das

SOUZA, Nalva Maria Pacheco de, SOUZA, Luciana Pacheco de. Os desafios da educação no Brasil pós-Constituição de 1988. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2026. ISSN 23581069

forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa, que, são os fatores fundamentais do acréscimo de riquezas de uma sociedade.

E são estas as palavras finais do Manifesto:

Mas, de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projetam mais longe nas suas conseqüências, agravando-se na medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com consciência humana. (LEMME, 2005. p. 173).

A educação, portanto, mostrou-se, na concepção dos autores do manifesto, um dos maiores e mais importantes problemas da nação, pois, suas visões convergem e a apontam como o meio essencial em que o país pode evoluir social e culturalmente. Nesse sentido, indicam que quando um país apenas explora a força de trabalho, sem qualificá-la, o resultado é o declínio pessoal e espiritual desse cidadão. Porém, quando este percebe que sua qualificação pode garantir-lhe melhores condições de vida, e que sua força de trabalho pode ser valorizada, sem necessariamente ser explorada, seu levante pode ser determinante para a tomada de consciência de classe.

A centralidade do papel atribuído à educação como agente de transformação social não exclui a centralidade do trabalho e da categoria trabalho como o fundante das relações sociais na sociedade capitalista. Desse modo, é preciso refletir que a educação desenvolve um importante papel na apreensão dos saberes universais que possibilitam o desenvolvimento da consciência crítica e a construção da identidade de classe pelos trabalhadores, possibilitando sua organização para sobrevivência e construção de uma direção social de emancipação.

Nesse sentido, o Manifesto dos Pioneiros da Educação demonstrou-se potencial defensor da classe educadora, mas com grandes contribuições às demais classes trabalhadoras. Entretanto, tais propostas não se cumpriram por inteiras e as mudanças educacionais não puderam ser implementadas em sua íntegra, pois, sendo a sociedade regida pelo modo de produção capitalista sempre haverá um conflito inconciliável de projetos societários em disputa onde as concretizações nunca se dão de maneira plena e a universalidade da educação só pode ocorrer em uma sociedade sem classes, o que evidencia a necessidade da superação da sociedade do capital.

2. MUDANÇAS CONCRETAS IMPLEMENTADAS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

SOUZA, Nalva Maria Pacheco de, SOUZA, Luciana Pacheco de. Os desafios da educação no Brasil pós-Constituição de 1988. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2026. ISSN 23581069

As políticas educacionais no Brasil perpassaram por grandes percalços, pois, não havia uma cultura educacional própria o que ocorreu em virtude do desenvolvimento do capitalismo tardio nos países periféricos levando-os a utilizar modelos importados dos centros. As primeiras aproximações ocorreram com os jesuítas, depois com a Escola Nova, onde se ensaiou grandes mudanças e conquistas na área educacional, mas que não chegaram a ser, de fato, concretizadas. Também passamos por uma cultura de repressão, existente principalmente nos os dias atuais, onde os avanços a duros passos foram reprimidos e expulsos do sistema educacional.

Porém, com a Constituição de 1988, a carta magna escrita há trinta anos contribuiu de forma direta e efetiva para a estruturação da educação em seus marcos legais como a conhecemos hoje. Ela veio substituir as outras já existentes Constituição de 16 de julho de 1934 e Constituição de 18 de setembro de 1946. Por sua vez, a Constituição Cidadã, assim chamada por inscrever direitos sociais na constituinte, trouxe de forma clara e objetiva, políticas públicas para a educação nacional (Capítulo III- Da Educação, da Cultura e do Desporto, artigos 205 a 214, do Título VIII – Da ordem social).

O capítulo da educação esboça o conceito de que é dever do Estado ofertar o direito à Educação pública, gratuita e de qualidade, mesmo sendo permitida a permanência e atuação das escolas privadas. Com isso, a educação que fora delegada as instituições empregadoras como responsáveis pela formação de seus funcionários, retorna a tutela do Estado como direito garantido por lei.

Outras conquistas vindouras com a implementação da Constituinte Cidadã, em âmbito educacional foram políticas como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (lei n.º 9.394, sancionada em 20/12/1996). A partir daí vieram o Plano Nacional de Educação – PNE, de 2001, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX, as Diretrizes Curriculares para o ensino no 3º grau, a Autonomia para as Instituições Federais de Ensino Superior, programas compensatórios criados pelo Ministério da Educação como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional de Garantia da Renda Mínima, Programa de Aceleração da Aprendizagem, Fundo de Fortalecimento da Escola, dentre muitos outros como leis, emendas, pareceres, protocolos, medidas provisórias e decretos.

Assim, após 20 anos da ditadura militar houve ganhos expressivos no que diz respeito a Legislação voltada à educação nacional que tiveram como marco o período de redemocratização do

país na década de 1980, onde ocorreu a efervescência dos movimentos sociais. No entanto, a década de 1990 houve a retomada da ofensiva neoliberal em âmbito mundial marcada pela crise regressivo-destrutivo do capital e marcada no Brasil com a chegada de Fernando Henrique Cardoso - FHC ao poder onde muitas dessas conquistas foram obstruídas, dado o princípio da relação entre ciência – capital da natureza neoliberal de sua política educacional (HERMIDA, 2012). Nessa concepção, a escola passa a ser o lugar da formação para o mundo do trabalho simples (abstrato) e do capital humano atendendo as determinações dos organismos internacionais ao estabelecerem acordos técnico-financeiro com os países em desenvolvimento que passam a desenvolver projetos educacionais nos moldes dos interesses dos homens de negócios que buscam a formação de trabalhadores com um perfil voltado para as sociabilidades do capital em um novo regime de acumulação flexível, permeando a educação de um sentido político e as instituições educacionais como propagadoras da reprodução e manutenção social do sistema capitalista (FERREIRA E OLIVEIRA, 2013).

A discussão sobre as condições históricas que demandaram e produziram a teoria do capital humano nas relações de produção capitalistas segundo Frigotto (2015), perpassam as transformações no modo de produção que resultam em uma nova fase de acumulação do capital e a função do Estado utilizado para preservar os interesses dominantes.

Ferreira e Oliveira (2013), ao realizarem uma análise das políticas educacionais nos últimos governos compreendendo o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luíz Inácio Lula da Silva (LULA), apontam para a manutenção de uma política que busca a conciliação dos conflitos mundial e nacional sempre na perspectiva de manutenção da lógica hegemônica do capital, o que as tornam fragmentadas e focalizadas. As diferenças nas políticas educacionais empreendidas por esses dois governos ocorreram na medida em que no governo Lula foram construídos instrumentos gerenciais e adotadas práticas políticas de convencimentos dos governantes estaduais e municipais para aderirem à proposta do governo em um movimento de diálogo com entidades e a sociedade.

Sem ignorar as mudanças ocorridas no governo Lula, onde houve a redução da quantidade de pobres, é preciso analisar criticamente que seu governo não conseguiu romper com a lógica privatista e perversa do governo FHC, responsável pelo aumento da pobreza e da violência social e que acirrou a mercantilização da educação pública em função dos lucros empresariais.

Nesse viés, Adrião e Peroni (2009) apontam que as parcerias entre o público e o privado se desenvolvem de maneira sincrética onde o estado mantém a “posse” da educação, mas o setor privado é quem gerencia a gestão e o conteúdo do processo educativo. Refletindo-se em graves problemas a autonomia do profissional da educação, bem como à democratização do ensino.

Assim, a burguesia nacional enquanto classe dominante busca desenvolver um projeto societário funcional as necessidades do capital, submetendo os fins sociais da educação aos seus interesses e aos do capital internacional. Portanto, para legitimar seu projeto, a burguesia brasileira tem na educação o principal mecanismo de alienação dos trabalhadores, contudo, enquanto ato político, ela também abre espaço para que a classe proletária reivindique e conquiste mudanças que atendam às suas necessidades.

3. DESAFIOS ATUAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A promulgação da Constituição Cidadã foi, inegavelmente, um saldo positivo no quesito educação nacional. Foi fundamental para civilização e dignidade humana. No entanto, hoje, vivemos em uma “democracia em vertigem”, onde a pressão conservadora pretende retirar uma série de direitos, a duras penas conquistados.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação, escrito em 1932 está mais atual que nunca. Temos visto inúmeros ataques a instituições educacionais por meio do contingenciamento de verbas, principalmente nas universidades públicas que vivenciam o asfixiamento imposto pela gestão Weintraub, mas que resistem a todo custo para resguardar o direito da classe trabalhadora à educação. Em entrevista ao jornalista Rodrigo Martins em maio de 2019, o sociólogo César Callegari, ex-secretário nacional de Educação Básica e integrante do Conselho Nacional de Educação durante 12 anos, relata que o desmonte da educação e os ataques aos professores por disseminarem o “marxismo cultural” no Brasil, fazem parte do desmonte e o sucateamento da educação pública no país. Para ele, ocorre uma “guerra ideológica” travada pelo presidente Bolsonaro onde o principal alvo é a privatização do ensino público pelo atual ministro da economia, Paulo Guedes.

A gestão Bolsonaro se mostra alinhada aos interesses mercadológicos desde seu plano de governo intitulado “O Caminho da Prosperidade: constitucional, eficiente e fraterno” que trouxe explicitamente uma diferenciação na educação, como se fosse dividida em duas partes que não representam uma totalidade na formação dos cidadãos, levando a promoção da desigualdade social

SOUZA, Nalva Maria Pacheco de, SOUZA, Luciana Pacheco de. Os desafios da educação no Brasil pós-Constituição de 1988 . In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2026. ISSN 23581069

ao trazer em seu texto que os investimentos na educação seriam focados para o ensino básico e diminuídos no ensino superior: “Precisamos inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média. Quanto antes nossas crianças aprenderem a gostar de estudar, maior será seu sucesso” (PLANO DE GOVERNO BOLSONARO, 2018, p. 45). A elaboração do texto deste plano leva a uma importante reflexão sobre o papel das universidades públicas no governo Bolsonaro e serve como um alerta para a sociedade que precisa do ensino superior público para sua formação e desenvolvimento, principalmente as regiões do país mais vulneráveis, como a mesorregião do Marajó.

Após sua eleição o que se evidenciou na prática não foi bem o estabelecido em seu plano que versava sobre a priorização da educação básica, pois, tanto o ensino superior quanto a educação básica sofreram duros ataques. A fim de analisar as ações deste governo, o site “De Olho nos Planos” iniciou um plano de reportagens⁴ intitulada “100 dias de governo Bolsonaro”, em parceria com as colunas “Ação Educativa” e “Carta Educação” para debater as principais pautas na área da educação. Assim, inicialmente as jornalistas Ana Luiza Basilio, Denise Eloy e Júlia Daher, do De Olho nos Planos, a Ação Educativa e o Carta Educação destacaram sete pontos cruciais nas pautas governamentais que foram consideradas ataques diretos a educação nacional: 1 - Extinção de secretarias, 2 - Disputa de política de alfabetização, 3 - Alterações no Ministério da Educação, 4 - Ataque ao financiamento de qualidade, 5 - Direito à educação e educação domiciliar, 6 - Militarização da educação, 7- Criminalização da educação e Lava-Jato, tais assuntos e suas análises serão expostos ao longo deste texto a fim de subsidiar a presente proposta de estudo em curso.

Uma das primeiras reportagens lançadas versou sobre a extinção de secretarias que ocorreu em setores estratégicos ligados à educação. Em reportagem⁵ especial intitulada “A EJA não tem lugar no MEC atualmente”, realizada no mês de abril de 2019, pelo site Carta Capital, com o objetivo de analisar os primeiros 100 dias de atuação do governo Bolsonaro e as pautas na área da educação, foram ouvidos três especialistas no assunto: Roberto Catelli Jr., Sônia Couto Feitosa e Miguel Arcanjo Caetano, que realizaram análises e pontuações sobre as alterações promovidas no ensino de educação de jovens e adultos. Segundo a reportagem, a política voltada para a Educação de Jovens e

⁴ Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/tag/100-dias-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

⁵ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacaoeducacaoemdisputa/a-eja-nao-tem-lugar-no-mec-atualmente-afirma-sonia-couto-2/>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

SOUZA, Nalva Maria Pacheco de, SOUZA, Luciana Pacheco de. Os desafios da educação no Brasil pós-Constituição de 1988. In: Revista *Falas Breves*, no.14, Breves-PA, junho de 2026. ISSN 23581069

Adultos, responsável por ofertar ensino de alfabetização e educação básica às pessoas que tiveram o direito à educação negado nas diversas fases de suas vidas, em razões de condições econômicas e sociais, vem passando por um processo de desmonte desde o início do governo Bolsonaro. Dentre as ações realizadas pelo governo que atingiram diretamente a modalidade de ensino EJA, estão a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), responsável por alocar as diretorias e a coordenação do programa, e da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), que contava com representantes da sociedade para acessar a política de EJA no MEC. Dessa forma, a política para o EJA se encontra sem direcionamento e sem financiamento o que afeta a programação das aulas, que já não dispõe de livros didáticos com conteúdo direcionados às diversidades que compõe o perfil dos estudantes dessa modalidade de ensino. A pouca importância que já se dava ao EJA, agora aprofunda-se, pois, o perfil que alunos que usufruem dessa política não se compõe como potencial para o trabalho e consumo no mundo do capital, o que os exclui de receber formação com qualidade, na contramão da democratização do ensino e da educação como direito e dever do Estado.

Outro ponto importante, foi a disputa de política de alfabetização, onde os defensores do Método fônico, defendido por Carlos Nadalim e Vélez, ex-ministro da educação, o colocavam como salvação para os problemas com a alfabetização, uma vez que, segundo eles, o letramento era o “vilão da alfabetização”. Posto que este, era responsável por uma formação crítica que visava a construção de uma sociedade igualitária, o inverso do que se pretende aqueles cujo objetivo é manter as massas ao seu alcance manipulável.

Em seguida trabalharam as alterações no Ministério da Educação (MEC), também foram motivo de polêmicas, uma vez que, pode-se assistir uma intensa medição de poderes entre Olavistas (seguidores de Olavo de Carvalho) e militares. O que acabou culminando na demissão de Vélez, e a pasta acabou ficando com um economista, Abraham Weintraub.

Um importante ponto trabalhado pelas reportagens foi quanto aos ataques ao financiamento e qualidade da educação, segundo a mesma, pode-se dizer que o sufocamento das políticas de financiamento como o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), restringem recursos por meio do Teto de Gastos (EC95/16). Esses insumos eram fundamentais para que o aluno tivesse acesso a uma infraestrutura diferenciada e, o profissional da educação tivesse melhores condições de trabalho, formação e valorização de sua mão de obra. Nesse sentido, a crise

na escola é produzida e fortalecida pelos efeitos das políticas educacionais determinadas pelos organismos governamentais que preconizam princípios e estratégias a serem implementados por meio de ações, sem considerar as condições estruturais que os envolve. Sinalizando, assim, a possível privatização da educação por incompetência estatal, ou uma disfarçada incompetência.

Um dos aspectos propostos para discussão foi o direito à educação, onde a educação domiciliar, tornou-se debate nacional ao tentar desobrigar o Estado a garantir educação para todos. O Projeto de Lei propunha que o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), fosse facultado. No entanto, por ter nascido na contramão do que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), acerca da garantia da frequência escolar de crianças e jovens de 4 a 17 anos, a PL foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O plano de reportagens também buscou abordar a militarização das escolas, que surge como proposta do governo Bolsonaro para melhorar a qualidade do ensino nas escolas e combater a crescente violência, que teve sua expressão maior nos ataques com armas de fogo protagonizados por ex-alunos nas escolas Tasso de Oliveira, no Rio de Janeiro, no ano de 2011 e Raul Brasil, em São Paulo, neste ano. Para legitimar suas ações, o governo faz comparações entre o desempenho de alunos da rede de ensino pública normal e dos colégios militares, onde estes últimos vêm obtendo melhores desenvolvimentos. Todavia, desconsidera-se o fato de que os colégios militares recebem mais investimentos que as escolas públicas, gerando implicações nas condições de infraestrutura, material didático e quadro de profissionais, refletindo-se no processo de ensino-aprendizagem.

A reportagem ressalta que sem mudar as condições objetivas e as estruturas que produzem as desigualdades sociais na sociedade e a violência no contexto escolar, a militarização das escolas continuará formando analfabetos funcionais, só que obedientes, desprovidos de senso crítico, já que o diálogo e o ensino democrático serão banidos das escolas, em função da disciplina militar. Desconsidera-se também que a violência no espaço escolar não surge neste ambiente, ela estruturante e reflete o contexto social do entorno da escola, portanto, necessita de políticas públicas que atendam as demandas da população.

Para as jornalistas, o que se observa nas ações do governo atual é o direcionamento das políticas educativas para atender aos interesses do mercado, utilizando do discurso da moral para convencer a população a “tomar o remédio amargo”, que está mais para veneno. A política de militarização das escolas vem ocorrendo a passos largos, desde o início do ano o Ministério da

Educação passou por reformulações resultando na criação de um sub órgão a ser dedicado à militarização das escolas, vinculando-se a Secretaria de Educação Básica (SAEB). Dessa forma, a proposta de Bolsonaro para a educação resume-se a destruir tudo o que está em curso sem propor nenhuma outra alternativa, mas tão somente, bater continência, hastear a bandeira e cantar o hino nacional.

O sétimo ponto, parte da criminalização da educação por meio de possíveis casos de corrupção no Ministério da Educação e ação da Lava-Jato nesse setor. Anunciada em Twitter do presidente Jair Bolsonaro, a ação assinada entre o Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União, tem causado frisson no meio educacional, uma vez que o que preocupa não é o desvio de verbas, mas a insuficiência de recursos.

O plano de reportagens e as matérias específicas em cada pauta de educação trouxeram a crítica as modificações propostas no governo que em muito atacam os direitos sociais dos cidadãos brasileiros e se constituem como mecanismos de implantação dos interesses capitalistas por meio de uma ofensiva conservadora neoliberal que se apresenta como um grande risco para os direitos humanos e um caminho para a barbárie no Brasil.

Nesse sentido, pode-se dizer que o problema fundamental do país é a educação das massas, que ao estudarem deixam de ser massas para serem povo (CUNHA E GÓES, 1991), transformando-se, assim, em seres humanos pensantes e livres. O desserviço prestado pela atual administração do país à educação, tem deixado claro quais as reais intenções do ultraliberalismo: a privatização da educação.

A educação libertadora defendida por Freire, aponta exatamente a libertação que o povo teria ao exercer seu direito de voto, pois assim, poderia votar em quem, de fato conhece e vivencia a realidade do povo. A educação para a liberdade, é literalmente, saber ler o mundo, o universo das políticas que regem a sociedade e a massificação das “inocências” mantidas pelos governos mal intencionados. (CUNHA; GOÉS, 1991). Se essa possibilidade de libertação inicia na faculdade, durante a formação do professor, o governo então a ataca para que não se consiga alcançar a libertação e levantar-se contra ele.

Assim, ao falar da produtividade da escola improdutiva, Frigoto (2015) afirma que se sucateia a escola, tornando-a improdutiva, capitaneando - lhe a função de formar trabalhadores, substancialmente para a manutenção das relações sociais e, é nisto que reside sua produtividade.

Contudo, sua gestão não se dá de maneira linear, pois, está inserida numa formação social composta de contradições onde ambas as classes possuem concepções distintas de educação e utilização de suas funções sociais. Aprender as formas de dimensionamento político e técnico a fim de resgatar a escola para os interesses da classe trabalhadora constitui-se o desafio aos intelectuais proletários. (FRIGOTTO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Manifesto dos Pioneiros da educação completa 87 anos e ainda não foi inteiramente executado. Isto é, o Brasil sempre teve a receita para melhorar o setor educacional, porém sempre o consultou e executou pela metade. É assim, por exemplo, que a escola clássica, baseada na educação tradicional praticada pelos jesuítas, perpetua-se até a atualidade (CUNHA; GOÉS, 1995).

A escola seletiva e funcional tem sido o principal instrumento de manutenção das redes de exploração do trabalho simples. As tentativas de mudá-la vêm fracassando desde os primórdios dos movimentos educacionais. Nesse sentido, o estudo de Frigotto (2015) reconhece as relações de poder que se estabelecem na sociedade de classes ocultadas por uma máscara que busca esconder a real origem das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo e do qual ele sobrevive.

Na atual conjuntura de crise regressivo-destrutiva do capital e a elevação ao poder nas principais potências mundiais, na América Latina e no Brasil de governos de direita e conservadores, como o governo Bolsonaro, a educação e as políticas educacionais enfrentam o acirramento de ataques para retirar seu sentido político alinhado aos interesses da classe trabalhadora a fim de permear-lhe somente com os interesses da classe dominante no intuito de desarticular qualquer acesso ao conhecimento universal e organização política que permita o desenvolvimento humano na sociedade do capital.

Assim, as reformas promovidas no Brasil buscam desconstruir uma política educacional que vem sendo construída desde o manifesto dos pioneiros da educação, perpassando a Constituição Federal de 1988 e todos os marcos legais que a instituíram como direito de todos e dever do Estado. Essa retirada de direitos aprofunda a crise nas escolas e a alarga para menos, atacando sua função social e penalizando quem menos tem em detrimento do ganho dos ricos empresários e banqueiros nacionais e internacionais.

Desse modo, deve-se resistir e construir alternativas frente aos ataques aos trabalhadores, pois, sendo o conflito inconciliável, a luta é também contínua e dialética. É preciso construir resistências a partir da vasta literatura marxista que ilumina os caminhos para a ação, tais quais os textos de Gaudêcio Frigotto (2005), que indica o fortalecimento da esfera pública, do fundo público, dos movimentos sociais na busca pela escola unitária que garanta aos seres humanos acesso à educação pública-gratuita, democrática, participativa, diversa e democrática.

É portanto necessário compreender que é de interesse do capital manter o povo na ignorância ao criar mecanismos que mascaram a seletividade que restringe o direito a educação gratuita-pública, democrática e de qualidade, criando uma falácia de discurso de igualdade de oportunidades sem desenvolver igualdade de condições, tais práticas atribuem uma dimensão política para que a educação esteja a serviço da classe dominante e sobrepujando a classe dominada para que não ajam na construção de mediações para sua organização, sobrevivência e emancipação. O reconhecimento do real papel da escola pela população seria o desmonte do poder neoliberal, por isso, seu interesse em mantê-la sucateada e a serviço de seus interesses.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. **A educação pública e sua relação com o setor privado Implicações para a democracia educacional**. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

BASILIO, Ana Luiza; ELOY, Denise; DAHER, Júlia. **100 dias de governo Bolsonaro e a educação: o que aconteceu até agora**. De Olho nos Planos, Ação Educativa e Carta Educação. Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/100-dias-bolsonaro-educacao/>. Acessado em: 21/12/2019.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CUNHA, Luiz Antonio; GOÉS, Moacyr de. **O golpe na educação**. Sétima edição, Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro 1991.

FERREIRA, E. & OLIVEIRA, D. A. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um re-exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2005.

HERMIDA, Jorge Fernando. **Reforma Educacional na Era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf.

LEMME, Paschoal. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira**. Publicado originalmente na RBEP v. 65, n. 150, p. 255-272, maio/ago. 1984. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005.

MARTINS, Rodrigo. **Callegari: “O projeto é o desmonte da educação pública”**. Carta Capital. 15 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/callegari-o-projeto-e-o-desmonte-da-educacao-publica/>>.

PLANO DE GOVERNO. O Caminho da Prosperidade: proposta de plano de governo: constitucional, eficiente e fraterno 2019-2022. Brasília: 2018. Disponível em: <<https://abrilveja.files.wordpress.com/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

SOUZA, Nalva Maria Pacheco de, SOUZA, Luciana Pacheco de. Os desafios da educação no Brasil pós-Constituição de 1988. In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2026. ISSN 23581069



SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. **Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759)**. DOI: [hΣ p://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i4.1469](https://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i4.1469). In: INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 185-196, out./dez. 2017.

FALAS BREVES

SOUZA, Nalva Maria Pacheco de, SOUZA, Luciana Pacheco de. Os desafios da educação no Brasil pós-Constituição de 1988 . In: Revista **Falas Breves**, no.14, Breves-PA, junho de 2026. ISSN 23581069